
PAULO FREIRE E A COMPLEXIDADE NA EDUCAÇÃO

Ernesto Jacob Keim

Doutor em Educação (UNIMEP)
e Professor do Programa de
Mestrado em Educação da
UNINOVE

RESUMO

Este artigo discute alguns princípios educacionais propostos por Paulo Freire na perspectiva dos referenciais teóricos do pensamento linear e do pensamento sistêmico, considerando a subjetividade e a diversidade de possibilidades que envolvem a dinâmica educativa para a autonomia e a liberdade. É um texto reflexivo que procura avançar com o pensamento freiriano no universo desafiador que é a realidade individualista e excludente de nossa sociedade, motivada pela publicidade dissimuladora e dominada pela ideologia de mercado. O texto propõe, ao final, uma reflexão sobre algumas citações clássicas de Paulo Freire para que o leitor analise criticamente sua prática docente.

Palavras Chave: pensamento linear; pensamento sistêmico; dialogia.

ABSTRACT

This paper discusses some educational principles that were proposed by Paulo Freire under the perspective of theoretical references of the linear and systematic thoughts, taking in account both the subjectivity and the diversity of possibilities that involve the educational dynamics in order to reach the autonomy and freedom in Education. It is a reflective text that aims to advance on Freire's thoughts inside the challenging world that is our society's individualist and exclusive reality, which is motivated and encouraged by the dissimulated publicity and dominated by the market's ideology. At the end, this paper suggests a reflection on some Paulo Freire's classical citations in order to make the reader analyze critically his or her teaching practices.

Key words: linear thoughts; systematic thoughts; dialogy.

Paulo Freire, nos idos de 60, em Pernambuco, denunciava que a educação popular não poderia continuar a reforçar os mecanismos sociais geradores de exclusão. Essa postura o colocou em posição de enfrentamento com o discurso oficial que, à época, pregava ser a escola um reflexo da sociedade e que esta não poderia ser modificada pela educação.

Dessa forma, o educador pernambucano revolucionou a sociedade conservadora ao mostrar que a premissa orientadora daquele discurso era falsa e também ao defender a dimensão política inerente a todo ato educativo. Com essa posição e seu envolvimento com as camadas populares nordestinas, transformou os meios pedagógicos, entre outros aspectos,

com a expressão 'educação bancária', em que denunciava a postura das escolas como reprodutoras e indutoras da ideologia de mercado. Lamentavelmente, passados mais de 40 anos, a denúncia continua atual em muitas instituições e meios educacionais. Na educação bancária, o 'conteúdo' do professor é fornecido para os alunos como um 'produto'; os alunos são vistos como clientes e as avaliações têm o significado de verificação do 'saldo disponível' ou do 'estoque acumulado'.

Na denúncia de Paulo Freire, estava implícita a acusação de que a escola cumpria um papel que favorecia o capital internacional e a colonização cultural, mantendo, assim, o povo acrítico e conformado com a miséria e a exclusão. A escola denunciada por Freire como alienante apoiava-se na transmissão de conteúdos e na formação de modos de pensar que atendiam ao poder estabelecido, favoreciam o latifúndio e o grande capital, realidade ainda existente em nosso cotidiano, tanto em instituições estatais quanto em instituições privadas. No anúncio do educador, estava uma proposta que via a educação como processo destinado a tornar as pessoas capazes de ler e interpretar o mundo, potencializando-as para a eliminação dos meios geradores de opressão e exclusão.

De forma figurada, os conteúdos da educação bancária podem ser comparados a moedas de saber - os professores são os depositantes destas moedas e os alunos seus fiéis depositários. Essas personagens e suas atribuições ainda hoje estão presentes em muitas escolas e na visão que parte significativa da população possui do processo educacional. Esta escola parte do princípio de que o professor sabe e transmite o seu saber; de que o aluno aprende e que, nas avaliações, deve mostrar quanto aprendeu. A avaliação se configura para muitos como o fim da educação. Nessa metáfora, pode-se dizer que, no dia da avaliação, o professor depositante vai ao aluno depositário cobrar o desempenho auferido com as moedas recebidas: o aluno que devolve mais moedas do que as depositadas é aprovado e elogiado pela criatividade e versatilidade; aquele que devolve as mesmas moedas é considerado razoável e o que não as devolve é ridicularizado e reprovado. A questão crucial está no fato de o professor depositante não perguntar àquele aluno depositário que não as devolveu, por que não o fez.. Suspeito que o professor depositante tenha medo de receber como resposta do aluno depositário reprovado algo como: "Eu sou um depositário muito exigente que não aceita moedas falsas nem cheques sem fundo, e não apresentei mais moedas porque não tenho autoridade nem competência para cunhá-las."

Essa metáfora mostra quanto a escola, que se baseia em resulta-

dos quantitativos, pode iludir-se com relação à qualidade; quanto ela reforça o ganho e o lucro como fim da atividade humana (o resultado das avaliações) e como deixa de valorizar o potencial dos alunos como seres capazes de agir com autonomia, criatividade e criticidade.

A visão de educação como um conjunto de sistemas e processos interligados, que interagem entre si de forma crítica, pode ser o antídoto para a doença a que se referiu a metáfora e que Kicheloy denomina “doença cognitiva”. (PELLANDA, 1999)

A educação bancária atende bem ao pensamento linear, pautado na ordenação (ordem) que valoriza a competitividade e acaba resultando na eliminação do adversário e na vitória sobre o diferente. A história da escola bancária conta com muitas inovações processuais, mais ao nível da didática e das metodologias do que da pedagogia e do método. Muitas vezes, são inovações que abordam fundamentalmente as metodologias sem alterar o método escolhido para desenvolver o processo e o projeto pedagógico. Este jogo, que aparenta ser mais de imagem do que de consistência, evita alterações estruturais e significativas que poderiam manter o contexto sem alterá-lo, atendendo aos preceitos aos quais a escola está vinculada.

As escolas que atuam de acordo com os princípios da educação bancária desconsideram as múltiplas interações dos professores, alunos, familiares e sociedade com a cultura, os conhecimentos e a visão de mundo que eles apresentam, e destes atores com os múltiplos aspectos do fazer e do saber educacionais. Essas interações são características do pensamento sistêmico, que propõe a educação como dinâmica transdisciplinar e complexa e se posiciona de forma radicalmente oposta ao pensamento linear e binário, que considera o todo como soma das partes e aborda cada parte a seu tempo, com a finalidade de estabelecer relações previsíveis e controladas.

Na relação entre pensamento sistêmico e linear, destacam-se os estudos referentes à complexidade, da qual Edgard Morin é um reconhecido pesquisador. Freire, da mesma forma que Morin, defendeu o pensamento sistêmico na educação, pautado na organização e não na ordenação (ordem). A organização caracteriza a identidade dos sistemas tanto sociais quanto educacionais, orgânicos, ambientais. Ela é decorrência das interações de todas as suas partes como um todo único e não como soma. Já a ordenação impõe uma identidade à sociedade sem levar em conta as interações das partes, pois ela é reflexo de quem elabora as regras e as leis, isto é, de quem detém o poder. Assim, a organi-

zação pressupõe uma dinâmica democrática, participativa e dotada de autonomia, expressa por Morin (1990) como dinâmica auto-organizativa, o que a diferencia dos contextos lineares e dualistas. A ordenação pressupõe uma dinâmica vinculada a preceitos e condições pré-determinadas ou é decorrente dos interesses de alguma autoridade. Na organização, a ética, os sentimentos e as emoções podem apresentar-se como agentes norteadores das relações de poder que caracterizam a possibilidade de uma política a favor da vida, sem medos e embasada na solidariedade, interpessoalidade e individuação; na ordenação não se identifica essa autonomia, independência e liberdade.

Paulo Freire, em seu trabalho com camponeses nordestinos, há séculos excluídos pelos latifúndios e intempéries, apresentava uma vigorosa matriz transdisciplinar e auto-organizativa - apesar da total falta de infra-estrutura material -, com a qual atacava a arrogância do saber concluído e as certezas convencionadas pela sociedade conservadora. Propunha, em seu lugar, a determinação da busca permanente. A arrogância dos saberes e a hipocrisia que acompanham a falsa neutralidade dos segmentos conservadores da sociedade sempre foram denunciadas por este educador, entre outras falas, quanto à impossibilidade de o professor e a educação serem politicamente neutros, quando afirma em *Pedagogia da Autonomia* (1997: 126) “que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele”.

Na questão da ética que envolve o ato educativo enquanto possibilidade sistêmica e auto-organizativa, cito ainda deste autor (1997) que “o educador deve se empenhar de todas as formas para fazer valer a ética universal do ser humano...devendo fazer tudo o que pode a favor da eticidade, sem cair no moralismo hipócrita, ao gosto reconhecidamente farisaico”, além de considerar que toda educação sistêmica deve ter a liberdade como referencial; até porque há de se considerar que “não existe liberdade sem risco. Que a liberdade deve se apresentar como uma permanente reinvenção do ser humano na aprendizagem de sua autonomia. Que a educação deve diferenciar o aluno e o professor silencioso, do silenciado pela opressão e pelo medo. Que a história deve ser vista como possibilidade e não como determinação. Que na medida em que na educação se ocultam aspectos e posições, formamos pessoas míopes e esta miopia ameaça anestesiar a mente e confundir a curiosidade distancian-do as pessoas dos fatos, das coisas e dos acontecimentos”.

Paulo Freire defendeu a idéia de que a educação pode ser um jogo, em cujas regras estariam presentes a solidariedade, a festa e o prazer, com um mínimo de competição. Segundo ele, os jogos educativos devem valorizar os sentimentos e as emoções, utilizando regras e regulamentos, mas sem se subordinarem a eles. Essa autonomia de decisão, proposta pela educação não-linear, pode ser geradora de uma sociedade humanizada e sintonizada com a vida, que repudie o discurso conformista de que sempre foi assim ou que tem de ser assim, de que os preconceitos são naturais e necessários e de que, sendo-se pobre, é-se menos capaz.

No texto freiriano, pode-se identificar certa sintonia com Kant, quando este considera que todas as coisas que se prestam a comparações podem ser trocadas e, por isso, têm um preço, e todas aquelas que não permitem comparações não podem ser trocadas e, por esse motivo, não têm preço, mas têm dignidade. Um ser humano não pode ser comparado a outro, porque tem dignidade e transcendência única, individual. A escola precisa incorporar este princípio, respeitando a individualidade dos alunos para que a personalidade deles se construa a partir da individuação consciente, possibilitando uma construtiva interação com o grupo.

Tratando da razão, Freire nos remete a Espinosa, que a via como processo valorizador da ação pautada na emoção, na intuição e na ética como meio para entender o mundo e a vida. Nesta visão de razão, o todo não é e não pode ser visto como soma das partes. O todo se apresenta com aspectos e possibilidades próprias das interações entre os inúmeros componentes que o formam e tudo o que está à sua volta, apresentando, dessa forma, mais aspectos característicos e possibilidades de interações do que as apresentadas pelas partes. A identidade do todo é o todo e a identidade das partes é um todo que se limita à parte que é.

Na dimensão de educação como processo sistêmico e não-linear e apresentando a razão sob a perspectiva do todo ético, emotivo e intuitivo, a educação bancária se caracteriza por anular e negar as diferenças. Pelo fato de se pautar em padrões e referenciais pré-estabelecidos de conduta pessoal, de postura social e de conhecimentos, ela não pode acolher os princípios da pluralidade e da complexidade. Dessa forma, a educação bancária está impossibilitada de promover liberdade e autonomia.

A educação para a autonomia como processo sistêmico valoriza e considera o sujeito por aquilo que ele é, numa dimensão ontológica, pela qual o ser é visto a partir da consciência e da discussão de suas possibilidades e desejos, e dos comprometimentos que estabelece com o seu entorno biológico, social, psicológico e transcendente. Nela, con-

sidera-se a dialética e a dialógica do processo de construção e consolidação de conhecimentos como referencial fundamental.

A dialética se constitui como um processo que parte de uma posição - a tese; para enfrentá-la e questioná-la, surge uma posição contrária - a antítese (anti-tese). Na dialética, o confronto entre essas duas posições contraditórias entre si gera uma nova posição, que é a solução para esse dilema - a síntese. Esta solução/resposta, a síntese, não anula a tese e a antítese. Assim, a tese se confronta, na dialética, com a antítese, gerando uma síntese. A dialógica se diferencia da dialética pelo fato de ser o debate entre duas posições contrárias, com o propósito de manter e ampliar as contradições entre opostos e conflitantes. Na dialógica, ocorre o debate entre posições pertinentes a um mesmo contexto, mas que são antagônicas por natureza, sem o propósito de anulá-las ou de alcançar uma posição de consenso; na dialógica, reforçam-se os opostos e os diferentes.

Na educação, as posturas dialética e dialógica são fundamentais para que as diferenças sejam sentidas, possibilitando a discussão com a diversidade, em vez de se contentarem com a igualdade e com as respostas simplificadoras, muitas vezes castradoras de opiniões diferentes. As diferenças e a diversidade abrem os horizontes a novos desafios e novas respostas para problemas novos e outros já resolvidos. Estes horizontes são importantes para enfrentar a negação do outro diferente, esvaziar a racionalização simplificadora e deixar à vista as contradições.

A educação apoiada nos princípios freirianos consolida a autonomia intelectual e os conhecimentos contextualizados, na medida em que se apresenta como processo dialógico e dialético que não se prende na busca pela verdade pura e simples. A verdade, quando colocada como fim da educação, pode eliminar as possibilidades divergentes e suprimir a diversidade, esterilizando o processo histórico que é de possibilidade e não de determinação. Assim, a educação que se prende a 'verdades' e tem a história como verificação de processos e posturas, educa para a 'pasteurização de mentes', por meio da qual morrem os germes dinamizadores da inovação e do progresso cultural e intelectual.

No âmbito da historicidade, entende-se a educação como possibilidade de construção contextualizada, podendo ser considerada como determinação na medida em que se apresenta como obediência a propósitos já estabelecidos. A educação, quando assumida em sua dimensão ética, dialética e dialógica, com ênfase na historicidade como organização sistêmica e não-linear, pode trazer em si mesma um potencial

de superação dos agentes produtores de miséria e exclusão. Utilizamos aqui a expressão superação e não transformação ou mudança, porque a transformação, vista apenas como modificação dos agentes focalizados, pode inclusive agravar seus efeitos, e não utilizo a expressão mudança pelo fato de a ação não gerar um novo referencial.

A educação deve ser considerada como agente de superação dos fatores causadores da alienação e não como agente de eliminação, pelo fato de estes fatores serem inerentes à dinâmica e à história da sociedade onde atuam, sendo, portanto, impossível eliminá-los. O que se pode esperar de uma educação transformadora é que esta mesma sociedade seja beneficiada com a ação engajada e comprometida de alguns dos egressos do processo educacional; que estes levem para suas ações uma postura pautada na reflexibilidade, na criticidade, nos propósitos de reduzir as exclusões e a miséria, e numa postura e comportamento sociais menos competitivos, mais solidários e generosos.

Partindo dessa utopia, espera-se a ocorrência de uma melhoria nas relações humanas e sociais sem, no entanto, cair-se na ilusão de que o mundo ou a sociedade sejam significativamente modificados, uma vez que as forças causadoras da alienação e da opressão e seus respectivos procedimentos, apoiados em organização linear, continuam a promover - e de forma sempre requintada - ações voltadas à manutenção de seu poder. É importante destacar que muitas dessas ações se fortalecem com o respaldo que recebem dos meios de comunicação. Essa dinâmica entre os movimentos de mudança e os de manutenção é de natureza dialógica.

A educação para a autonomia caracteriza-se como libertadora, pois valoriza e promove a individuação e a individualidade, não o individualismo. Da individualidade e da individuação desemboca-se na interpessoalidade que fortalece e estrutura a liberdade.

Em sua derradeira obra, *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire nos presenteou com inúmeras reflexões, das quais destaco alguns argumentos que orientam o enfrentamento no qual os educadores comprometidos com a liberdade e a autonomia devem engajar-se.

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio, e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, mas não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas do pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. (p: 96);

A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, nem no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga e na esperança que

desperta. (p: 104);

Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e me mobiliza. Sou professor a favor da boniteza da minha própria prática, boniteza que some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por esse saber, se não luto pelas condições materiais necessárias, sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de amofinar e deixar de ser testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa mas não desiste. (pp: 115 – 116)

Concluindo, destaco a posição de que tanto a educação bancária quanto a educação para a autonomia estão engajadas em alguma ideologia, portanto isentas de neutralidade. A educação bancária é diretamente atrelada à manutenção do poder dominante; a educação para a autonomia está, todo o tempo, denunciando a face da opressão, o poder do opressor e a hipocrisia de um sistema que se apóia na exclusão e na miséria.

Se sua opção é pela educação para a autonomia, é importante destacar que você vai encontrar muita oposição e resistência. Por isso, é fundamental que essa luta se dê no plano coletivo, pois, se for individual, caracterizar-se-á mais como um suicídio do que como uma estratégia capaz de modificar o contexto tirano e o cotidiano repressor e excludente. Entendo que se devam repudiar as ações isoladas, valorizando e estimulando procedimentos que entusiasmem e mobilizem os grupos discente e docente, e façam com que estes grupos, enquanto grupos conscientes dos ideais que abraçam, busquem fundamentação teórica e prática que os capacite a promover movimentos geradores de superação dos processos alienadores e excludentes.

Essa (re)ação coletiva, quando bem fundamentada e bem organizada, não pode partir de ações que promovam expurgos e exclusões de pessoas, idéias, experiências, modelos e pensamentos, sob pena de instalarem e alastrarem posições autoritárias e movimentos opressivos e excludentes com novas roupagens. É a utopia que nega o dogmatismo; é a proposta radical de coerência ética e sistêmica que poderá viabilizar o sonho ontológico de uma sociedade constituída por Seres que são Seres acima de qualquer outra proposta sistêmica ou organizacional.

Como última referência, destaco a expressão de Simon Rodrigues, tutor de Simon Bolívar, citado por Eduardo Galeano em *As Caras e as Máscaras* (1985), ao denunciar, em 1820, que:

aquele que não sabe, qualquer um engana;
aquele que não tem, qualquer um compra.

Referências bibliográficas

- D'AMBRÓSIO, U. Transdisciplinaridade. São Paulo: Palas Athena, 1997.
- FREIRE, A.M. Analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GALEANO, E. As caras e as máscaras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- KEIM, E.J. Educação, meio ambiente e vida - uma abordagem avaliativa, complexa e transdisciplinar. Educação e Ensino – USF, Bragança Paulista, julho/dezembro 2000, v.5 n.2..
- _____. Complexidade da avaliação – avaliação da Complexidade. Eccos Revista Científica UNINOVE, São Paulo, dezembro 2000, v.2, n.2, 45 a 60.
- MARIOTTI, H. As Paixões do ego: complexidade, política e solidariedade. São Paulo: Palas Athena, 2000.
- MORIN, E. O método - Las Ideas . Madrid: Ed. Cátedra, 1991.
- _____. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- _____. Introdução ao Pensamento Complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- PELLANDA, N. Entrevista com Joe Kincheloe. Pátio revista pedagógica. Porto Alegre, agosto/outubro 1999, ano 3, n.10, p:23 a 25.
- ROMÃO, J. E. Saberes necessários segundo Freire e Morin. Eccos Revista Científica - UNINOVE, São Paulo, dezembro 2000, v.2, n.2, p:27 a 44.